

A família de Manoel Antonio Guimarães na composição do poder local em Paranaguá no Século XIX

Alessandro Cavassin Alves¹

RESUMO: Este trabalho apresenta quem foram os vereadores e juizes de paz eleitos na cidade de Paranaguá, litoral do Paraná, entre 1856 a 1889, num total de nove legislaturas, buscando situar, igualmente, os acontecimentos mais gerais sobre a história do Brasil. E, constata-se, através da genealogia de grande parte dos políticos eleitos e do método prosopográfico para o grupo que compôs a Câmara municipal, a centralidade da família de Manoel Antonio Guimarães, o Visconde de Nácar, no arranjo do poder local. A metodologia utilizada para obter estas informações foi a leitura de jornais da época, documentos oficiais, a "Genealogia paranaense" de Francisco Negrão e "O silêncio dos vencedores" de Ricardo Costa de Oliveira, além de obras sobre a história do Paraná. Discutir o conceito de família, tendo como referência empírica um passado recente, ainda é fundamental para se pensar a política no Brasil e sua República.

Palavras-chave: Poder local. Genealogia. Prosopografia. Família. Paranaguá/PR.

The family of Manoel Antonio Guimarães in the composition of local power in Paranaguá in Century XIX

ABSTRACT: This paper presents the elected councilors and justices of the peace in the city of Paranaguá, Paraná, from 1856 to 1889, in a total of nine legislatures, seeking to situate also the most general events on the history of Brazil. And, through the genealogy of a large part of the elected politicians and the prosopographic method for the group that composed the Town Hall, the centrality of the family of Manoel Antonio Guimarães, the Viscount of Nacar, in the arrangement of local power. The methodology used to obtain this information was the reading of newspapers of the time, official documents, the "Genealogia paranaense" by Francisco Negrão and "The Silence of the Winners" by Ricardo Costa de Oliveira, as well as works on the history of Paraná. To discuss the family concept, having as an empirical reference a recent past, is still fundamental to think politics in Brazil and its Republic.

Keywords: Local power. Genealogy. Prosopography. Family. Paranaguá / PR.

- Enviado em 01/05/2017
- Aprovado em 17/05/2017

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Professor na SEED-PR, FASBAM e UNIANDRADE. Uma versão preliminar desse texto foi apresentada no VIII Seminário Nacional de Sociologia e Política realizado de 17 a 19 de maio de 2017 na UFPR E-mail: alessandrocavassin@gmail.com

INTRODUÇÃO

Paranaguá, cidade mais antiga do Paraná, foi elevada a categoria de Vila em 1648. A partir desse período passa a ter seus vereadores, “homens bons” que têm como função administrar as coisas públicas de sua vila², além de outras autoridades públicas.

Com a criação da Província do Paraná, em 1853, Paranaguá tentou ser a capital da nova Província, mas por influência do 1º Presidente nomeado Dr. Zacarias de Goes e Vasconcellos e, depois, pelo resultado da votação entre os deputados provinciais, que compunham a 1ª Assembleia Legislativa da Província do Paraná, a vila de Curitiba acabou sendo eleita por 16 votos a favor e três contras e publicada como Lei nº 01, de 26/07/1854. Dos votos contrários à capital Curitiba, registrou-se o de um dos mais importantes e influentes políticos paranaenses do século XIX, residente em Paranaguá, o deputado provincial comendador Manoel Antonio Guimarães (ora denominado de MAG) (*O Dezenove de Dezembro, Curitiba, 19/08/1854*), futuramente, coroando sua atividade pública, com o título de Visconde de Nácar em 1880 e como deputado geral em 1888/1889, falecendo em 1893.

O presente trabalho tem como objetivo resgatar quem foram os vereadores parnanguaras, pós emancipação política do Paraná até o fim do período Imperial, em 1889. E, através da análise genealógica e prosopográfica sobre os vereadores e juizes de paz, busca-se demonstrar a centralidade de Manoel Antonio Guimarães (MAG) e de sua família no controle político dessa cidade litorânea paranaense, nas nove legislaturas analisadas.

As fontes de pesquisa sobre os vereadores de Paranaguá foram os jornais locais, publicados no Paraná, pós 1854; documentos oficiais; a *Genealogia Paranaense*, elaborada por Francisco Negrão (em seis volumes), o livro *O silêncio dos vencedores*, de Ricardo Costa de Oliveira (2001) e

² João FRAGOSO (2007) realiza um interessante estudo sobre vereadores da cidade do Rio de Janeiro entre 1600-1750, na qual destaca as famílias que foram compondo a Câmara municipal dessa cidade, como membros da nobreza da terra e da conquista, tendo que ao longo do tempo incorporar novos atores políticos como os comerciantes portugueses, entre outros. A análise de Fragoso nos instiga a pensar também o processo de ocupação dos cargos de camaristas em Paranaguá e Curitiba no período colonial, estudo ainda a ser feito.

o livro *A Província do Paraná e sua Assembleia Legislativa*, de Alessandro Cavassin Alves (2015) e a bibliografia sobre a história do Paraná.

Entretanto, o trabalho limita-se a acompanhar os resultados eleitorais em Paranaguá, publicados pelos jornais locais da época e a realizar um breve contexto histórico nacional e local; num segundo momento, busca-se por informações biográficas dos vereadores parnanguaras entre 1856 a 1889, para se realizar a análise genealógica e prosopográfica de seus membros, restringindo-se, também, ao aspecto familiar.

VEREADORES DE PARANAGUÁ

A primeira eleição realizada em Paranaguá, pós criação da Província do Paraná, foi no dia 07/09/1856. O momento político brasileiro era o da “conciliação”, isto é, havia um acordo entre os dois únicos partidos políticos do Império (Liberal e Conservador), para que as eleições pudessem ocorrer sem conflitos entre as duas agremiações, isso porque as eleições eram muito acirradas e perigosas.

Em Paranaguá, então, vencem as eleições membros do Partido Conservador.

Tabela 1 – Vereadores e Juizes de paz de Paranaguá, 1857-1860

LEGISLATURA – 1857-1860			
Vereador – Paranaguá	Votos*	Juiz de paz – Paranaguá*	Votos*
1. Manoel Antonio Guimarães			
2. Manoel Ricardo Carneiro			
3. Manoel da Cunha Pacheco			
4. Manoel Miró			
5. Manoel Carvalho Gomes			
6. João Antonio de Miranda			
7. Joaquim Felix da Silva			

Fonte: *O Dezenove de Dezembro*, 11/02/1857 (Termo de posse); Obs.: * Não foram publicados os juizes de paz eleitos e o número de votos.

Dos vereadores eleitos e que tomam posse em janeiro tem-se a grande liderança política de MAG e, talvez, o mais influente político do século XIX de Paranaguá, bem como do Paraná como um todo, sendo líder do Partido Conservador.

Sua genealogia: MAG nasceu em Paranaguá no ano de 1813 e faleceu na mesma cidade em 1893, com 80 anos. Era filho de Anna Maria da Luz e do capitão Joaquim Antonio Guimarães, comerciante em Paranaguá³. Joaquim Antonio Guimarães era filho (bastardo?) do coronel Manoel Gonçalves Guimarães e de Mariana Luiza Soares, natural de São Paulo, filha de Antonio Leite Cardoso e Luciana Maria do Espírito Santo. Afinal, o coronel Manoel Gonçalves Guimarães constituiu família com Maria Magdalena de Lima, dos Campos Gerais do Paraná (NEGRÃO, 1950, Vol.6, p.154)⁴. A esposa de Joaquim, Anna Maria da Luz, era filha das tradicionais famílias parnanguaras, descendente do capitão mor João Rodrigues de França, que governou Paranaguá entre 1707 a 1715 (iniciador desta família no Paraná, NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.3 e p.164).

MAG casou em primeiras núpcias com Maria Clara Corrêa (Paranaguá, 1820–1849), e segundas núpcias com Rosa Corrêa, irmã de Maria Clara. As esposas eram filhas de Manoel

³ O casal Joaquim Antonio Guimarães e Anna Maria da Luz, de acordo com o genealogista Francisco Negrão, “teve o filho único:” MAG (NEGRÃO, 1929, Vol.3, p.164, 4-6); Cecília Westphalen mostra que o casal também teve o filho Joaquim Américo Guimarães (WESTPHALEN, 1998, p.61), que também consta em (NEGRÃO, Vol.3, p.164, 5-7 – contrariando sua própria afirmação). Existiu, ainda, Joaquim Antonio Guimarães, o filho primogênito do casal MAG e Maria Clara Corrêa, nome em homenagem ao avô (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.165). E Joaquim Américo Guimarães, filho do major Claro Américo Guimarães, neto do MAG (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.171). Joaquim Antonio Guimarães era comerciante em Paranaguá e em 1826, por exemplo, começou a edificar a beira-mar, além de construir em 1831 pilares para uma prancha, para desembarque de suas mercadorias (WESTPHALEN, 1998, p.27); proprietário da sumaca Mariana, que transportava inúmeros gêneros nacionais e estrangeiros; foi administrador do Correio; é provável que tenha falecido por volta do ano de 1850.

⁴ De acordo com a *Genealogia Paranaense*, de Francisco Negrão, *Manoel Gonçalves Guimarães* era casado com Maria Magdalena de Lima, “possuidor de avultada fortuna e de muitas sesmarias de terras em Castro, Ponta Grossa e Curitiba”, tropeiro, arrecadador de impostos de Porto de Cima a Rio Negro, Guarda-Mor, católico, tendo um filho padre (NEGRÃO, vol.5, p.139); como se percebe, seu raio de ação está em todo o caminho das tropas e ainda no litoral paranaense. Em Curitiba, igualmente era um cidadão ativo, pois foi *eleitor* nos anos de 1794, 1804 e em 1811. Construiu a Igreja de São Francisco de Paula, no centro de Curitiba, atualmente denominada de “ruínas de São Francisco”. Faleceu em 1816 (ALVES, 2015, p.50). Dos seus negócios no litoral, por exemplo, “os moradores de Paranaguá, cansados de tanta prepotência, exercida geralmente através de protestos que se desmandavam, em junho de 1798, queixavam-se, em memorial da Câmara Municipal, sobretudo contra *Manuel Gonçalves Guimarães*, que os ameaçava por não terem concorrido para saciar a sua grande cobiça. O Sargento-Mor era proprietário de uma corveta e interferia no sentido de adquirir todos os gêneros a fim de exportá-los com exclusivo lucro. Dessa maneira, atravessara o feijão, milho, toucinho e farinha que existiam na praça, ocasionando a alta de preços e a carestia de víveres” (WESTPHALEN, 1998, p.218).

Francisco Corrêa, o velho, com sua terceira mulher Joaquina Maria da Ascensão Corrêa⁵. MAG chegou a ter 16 filhos em seus dois casamentos (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.164-203); em 1880 tinha 11 filhos vivos, 44 netos e sete bisnetos (BRAGA, 1880 – sua primeira biografia ainda em vida).

Percebe-se a importância da família de MAG, através de sua breve genealogia, como consequência para se entender sua herança econômica e, também, política. O seu pai era forte comerciante em Paranaguá e seu avô paterno possuía negócios e serviços de cobrança de impostos no litoral. E da mãe, principalmente, a possibilidade de integrar-se a uma família centenária em Paranaguá, bem como, a importância estratégica de seu casamento com a família de Manoel Francisco Corrêa, o velho.

Aspectos econômicos do MAG: A historiadora Cecília WESTPHALEN (1998), conclui, ao fazer um amplo estudo sobre o porto de Paranaguá, de que dominavam a região portuária, a partir da década de 1830/40, poucas pessoas, entre elas, MAG (herdando e ampliando os negócios de seu pai Joaquim Antonio Guimarães), com cais, trapiches e pontes no porto de Paranaguá, na rua da praia, além de possuir inúmeros barcos, “várias casas e junto a elas, um grande armazém para depósitos de carregamento a serem embarcados ou desembarcados de embarcações” (*Ibidem*, p.96) e, isso, ao longo do século XIX inteiro; outro era Manoel Francisco Corrêa, o velho (sogro do MAG), também com um cais, estaleiro, barcos e armazém no porto; um de seus filhos, Manoel Francisco Correia Júnior, continua as atividades do pai, e seu neto, Manoel Francisco Correia, torna-se o segundo Senador do Paraná, em 1876; e, ainda, o último capitão mor de Paranaguá, Manoel Antonio Pereira, grande proprietário ao redor do porto, com barcos e um dos grandes comerciantes da Vila, sendo uma das maiores fortunas locais (*Ibidem*, p.27), com quem membros das famílias Correia e Guimarães vêm a se casar⁶. Cecília Westphalen descreve outros importantes

⁵ Manoel Francisco Corrêa, o velho, natural da Vila de Feira, Beira, Portugal, nasceu em 1783. Casou três vezes: com Maria Joaquina Trindade, Maria Clara Rodrigues de França e Joaquina Maria da Ascensão (Fonte: <https://www.geni.com/people/Manuel-Francisco-Correia-o-Velho/6000000003505740487>. Acesso em 13/04/2017). Era comerciante em Paranaguá.

⁶ O último capitão mor de Paranaguá *Manoel Antonio Pereira*, natural de Portugal, casou nesta vila com “Leocádia Antonia da Costa, filha do sargento mor Manoel Antonio da Costa Nogueira e D. Maria Clara de Assumpção Lanoya. Seu sogro dedicara-se às atividades comerciais, nas quais prosperou bastante, tendo, por outro lado, adquirido posição de destaque na sociedade local e exercido vários cargos públicos em Paranaguá” (COSTA, 1998, p.32-33). O casal teve doze filhos, todos casados com importantes famílias locais. Por exemplo, a filha Maria Clara Pereira casou com o Juiz de Fora Agostinho Ermelino de Leão, baiano, nomeado por D. Pedro I para o cargo na vila de Paranaguá, em 1825. Outra filha, Francisca Antonia Pereira casou com Manoel Francisco Corrêa Junior, filho do Manoel Francisco

“proprietários” nessa cidade, que também fizeram parte da política local, como Ricardo Carneiro dos Santos (avô de Manoel Ricardo Carneiro, genro de MAG), Antonio José Pereira, Leandro José da Costa, Hipólito José Alves, Manoel Leocadio de Oliveira, entre outros.

Mas, “MAG continuava como o principal proprietário de embarcações do Paraná, além de ser o consignatário de outras que vinham a Paranaguá para o transporte de erva-mate” (*Ibidem*, p.86). “Os comerciantes de Paranaguá acabavam controlando tanto a exportação de erva-mate, como a importação de produtos, nacionais ou estrangeiros, vindos do Rio de Janeiro” (*Ibidem*, p.94). E, sobre a erva-mate, aos poucos, essa passou a constituir a base de todo o comércio exportador de Paranaguá, predominando larga margem sobre os demais gêneros, do início do século XIX ao início do século XX (*Ibidem*, p.117 e p.129). No ano de 1850, por exemplo, além de MAG, “Antonio Pereira da Costa [filho de Manoel Antonio Pereira], Joaquim Américo Guimarães [irmão do MAG], Manoel Antonio Pereira [último capitão mor de Paranaguá], Manuel Francisco Correia [ligado a família de MAG e do último capitão mor] e a Casa de D. Isaias d’Elia [chileno radicado em Paranaguá, e na qual tinha interesse Manoel Leocadio de Oliveira], controlavam praticamente todo o comércio através do porto de Paranaguá” (*Ibidem*, 183). Como se percebe, o controle econômico do porto estava nas mãos de uma intrincada rede familiar.

MAG, como visto, era comerciante no centro de Paranaguá fundando em 1830 “a principal casa comercial de Paranaguá, exportadora de erva-mate, arroz e outros gêneros” e se manteria até a última década do século, além de “consignatário de mercadorias importadas do Rio de Janeiro, nacionais e estrangeiras de procedência europeia, além daquelas do Rio da Prata” (*Ibidem*, p.182); possuía inúmeros barcos⁷, como o vapor Maracanã, com viagens de Paranaguá ao Rio de Janeiro, proprietário da linha *Progresso* de navegação, empresa que ensaca sal, com a marca M.A.G., empreiteiro de obras públicas, diretor da *Companhia Progressista*, a partir de 1864, auxiliou nas despesas preliminares da construção da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba, pós

Corrêa, o velho. A última filha do casal, Ana Antonia Pereira casou com o major Ricardo Gonçalves Cordeiro (*Ibidem*, p.47-49).

⁷ Em 1850, MAG era proprietário do bergantim Califórnia, sócio dos bergantins Cascudo e Águia do Prata, proprietário do patacho Legalidade, da sumaca Mariana (que, como visto, era de propriedade de seu pai, Joaquim Antonio Guimarães e transportava diversos gêneros, inclusive produtos estrangeiros), e das lanchas Sociedade, São Joaquim, Saquarema, Caipira e Nova Providência, num total de 865 toneladas (WESTPHALEN, 1998, p.85), continuando a ser o principal proprietário de embarcações na década de 1860, além de casas e armazém de depósito para embarque e desembarque de produtos.

1880; empresa *Visconde de Nácar & Filho* e que, “em 1881, essa empresa exportava cerca de 25% do total das exportações de erva paranaense” (*Dezenove de Dezembro*, Curitiba, entre 1854 a 1889; WESTPHALEN, 1998; ALVES, 2015, p.415-416; ALVES, 2016 a, p.111-114). Com a morte do Visconde de Nácar, em 1893, a firma *Guimarães & Cia* continuou as atividades comerciais e exportadoras, sendo que no exercício de 1924/1925, chegou a exportar 48% das exportações de erva-mate que passavam pelo porto (WESTPHALEN, 1998, p.185).

MAG era, também, proprietário de “mais de 50 escravos” (OLIVEIRA, 2001, p.56). E, em relação a esses, um dos aspectos da riqueza de MAG pode ser encontrado, também, no tráfico de escravos novos.

No interessante o capítulo de Cecília Westphalen (1998, p.133-156), “*Contrabando. Introdução de Escravos Novos*”, a historiadora relata referências feitas à prática, realizada com frequência, de contrabando no litoral paranaense, com registros desde o século XVIII, pelo porto de Paranaguá, mas, continuando no século XIX, mesmo após a proibição de 1831⁸. Porém, a autora, apesar de citar numerosos documentos sobre o tráfico, não cita os nomes dos contrabandistas e envolvidos no comércio ilegal. Os nomes serão acrescentados a partir de outras fontes, como LEANDRO (2002), em seu artigo *Em águas turvas: navios negreiros na baía de Paranaguá*.

Paranaguá tornou-se, assim, um ponto de “grandes negócios referentes ao tráfico ilícito de escravos novos” (WESTPHALEN, 1998, p.138), pós 1831. E que exigia das autoridades provinciais de São Paulo (a qual pertencia Paranaguá) uma maior fiscalização. Porém, as autoridades locais da cidade portuária sempre negaram tais denúncias, como eram os exemplos dos relatórios das vistorias realizadas pelo juiz de paz de Paranaguá, João Machado Lima, em 1833 (*Ibidem*, p.139-142). “Assim, embora as denúncias e o manifestado interesse das autoridades provinciais [de São Paulo], nada pôde conduzir à identificação daqueles que, no litoral do Paraná, realizavam a introdução de escravos novos” (*Ibidem*, p.142).

Porém, em 1848, o Inspetor da Alfândega de Paranaguá [Antonio Pedro de Alencastro], testemunha que o “tráfico africano naquela cidade havia aumentado de maneira espantosa”. E, a

⁸ Lei de 7 de novembro de 1831: Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html. Acesso em 22/04/2017.

partir de ofícios de época, Cecília Westphalen descreve a denúncia do Inspetor, principalmente contra o Delegado de Polícia [MAG], autoridade conivente e interessada no tráfico.

E para o escândalo de todos, o primeiro e único desmoralizado, negociador de africanos, em Paranaguá, era o próprio *Delegado de Polícia* [MAG], a quem denuncia ao Inspetor da Tesouraria Geral da Província.

Era o *Delegado* um dos mais fortes comerciantes da praça, proprietário de várias embarcações e consignatário de muitas outras.

Afirma o Inspetor da Alfândega que, desde novembro de 1848 a janeiro de 1849, entraram em Paranaguá consignadas àquela autoridade, a galera americana Harald [Herald], arvorada brasileira com o nome de *Joaquina Guimarães*, a barca americana *Luisa*, os brigues brasileiros *Sereia* e *Desengano*, e a barca a vapor *Providência*, implicadas no tráfico de escravos ou a ele relacionadas.

[...] A galera *Joaquina Guimarães* entrara arribada e com utensílios próprios do tráfico. [...]. Aliás, nos anos de 1849 e 1850, aparecem registradas no movimento do porto inúmeras entradas e saídas para a costa da África. Todas estas ocorrências confirmavam a participação dessas embarcações no tráfico negreiro.

E o *Delegado*, prevalecendo-se das suas funções e do seu cargo, no desejo de maior liberdade de ação para os seus negócios escusos, procurava embarçar a fiscalização aduaneira, por todos os modos, inclusive mandando prender para recrutar, o guarda mais antigo e de maior confiança da Alfândega. A outros movia perseguições, para vingar-se do zelo que empenhavam na fiscalização (*Ibidem*, p.142-143 – grifo nosso).

De acordo com a defesa do próprio *Delegado de Polícia*, ele e o Inspetor da Alfândega eram inimigos e de que as denúncias formuladas eram, portanto, unicamente por “motivo de desavenças políticas e inimizade pessoal do Inspetor”, afinal o tráfico sempre existiu, por que, então, o Inspetor denunciou apenas agora, e que as denúncias eram movidas pela paixão e da falta de verdade (*Ibidem*, p.143-144). E continua a se defender o *Delegado de Polícia*, com o seguinte discurso moralizador:

“Sei aquilatar belamente a imoralidade de um tal comércio, quando ele ofende aos princípios da humanidade e religião, e quando é oposto às luzes do século em que vivemos, conheço de sobra que a escravatura no país é um mal, é uma calamidade de que por longo tempo sentirá ele os efeitos. Vejo o perigo iminente em que se acham muitas localidades do Império, em que a segurança individual só tem por base a inteligência sobre a ignorância, acompanhada do horror e da força, por conseguinte sendo estes meus princípios e as ideias que tenho bebido pela pequena experiência que o estudo das cousas me tem dado, sem dúvida partilho o desgosto daqueles que sentem haver ainda no país quem se empregue no comércio de africanos...” (Resposta do *Delegado de Polícia* de Paranaguá às Portarias de 27 de janeiro e 1º de fevereiro, dada em 19 de fevereiro de 1849, in: WESTPHALEN, 1998, p.154).

O *Delegado de Polícia* em 1848 era, como visto, MAG, que também foi quem comprou a galera norte-americana Harald [Herald] (navio negreiro), da qual era consignatário, e depois denominada *Joaquina Guimarães*, nome de sua filha. E, era consignatário de inúmeras outras embarcações envolvidas com o tráfico⁹.

O Inspetor da Alfândega, porém, continuou a sua ação comprovadora de que a Polícia de Paranaguá era conivente com o tráfico, até ser impedido de exercer as suas funções em Paranaguá, após o Juiz Municipal, também conivente aos atos ilícitos, prender o Inspetor, tendo esse de deixar a cidade portuária em 1849 (*Ibidem*, p.144).

As denúncias ao tráfico, porém, não pararam. Novos casos foram notificados, isso em 1850, mas o Delegado, o Sub-Delegado de Polícia e o Juiz Municipal, “todos negam que tenha havido desembarque de negros e, sobretudo, a existência, na cidade, de depósitos para a sua recepção. O Sub-Delegado, aliás, afirmava que as denúncias eram o fruto do desejo de abalar a reputação dos comerciantes de Paranaguá” (*Ibidem*, p.145).

O caso do tráfico negreiro em Paranaguá agravou-se ainda mais com o chamado *incidente do Cormorant*, quando o navio inglês, no dia 29/06/1850, entrou na baía de Paranaguá e notificou, por meio de carta, as autoridades locais sobre seus intentos de aprisionar navios negreiros. Logo em seguida, escaleres, com homens armados, passaram cabos para rebocar os bergantins Dona Anna [ou Leônidas ou Leonídia] e Sereia e a galera Campeadora, utilizadas no tráfico negreiro. Quanto ao brigue *Astro*, também embarcação usada no comércio ilegal, essa foi afundada pelo seu próprio capitão [José Francisco do Nascimento], evitando cair nas mãos dos ingleses. O Guardamora da Alfândega avisou o Delegado de Polícia e o Coronel Chefe da Guarda Nacional [MAG] que não aceitaram tais atos por parte dos estrangeiros e protestaram também com carta ao Comandante inglês, no dia seguinte. Estava declarada a guerra local contra o cruzador inglês *Cormorant*, que, ao sair da baía de Paranaguá no dia 01/07/1850, rebocando as três embarcações,

⁹ De forma geral, alguns periódicos denunciavam o tráfico negreiro no Brasil. O exemplo a seguir denuncia o navio *Herald*, depois, *Joaquina Guimarães*: “A balieira americana *Herald*, hoje galera nacional – *Joaquina Guimarães*, – fez duas viagens à costa da África: na primeira desembarcou mil e cem negros, em Cabo-Frio; e na segunda desembarcou novecentos em Macahé, de onde foi para Paranaguá, voltando para este porto com um passaporte dado pelo presidente de S. Paulo [Vicente Pires da Mota]. Somos também informados de que o *sujeito* que figura de proprietário é o subdelegado de Paranaguá [MAG]” (*O Philantropo. Periódico Humanitário, Científico e Litterario*. Rio de Janeiro, Ano 01, n.º36, de 07/12/1849).

foi atacado, a partir da fortaleza do farol da Ilha do Mel, pelos próprios tripulantes daquelas embarcações e com o aval e participação de autoridades parnanguaras. Apesar do ataque ao cruzador inglês, e com a resposta do mesmo contra a fortaleza, o navio atravessou o cerco, parou para consertar estragos, afundou os dois bergantins e levou apenas a galera Campeadora. As informações dos comandantes ingleses Hudson e Palmerston atribuíram ao Juiz Municipal [Dr. Filastro Nunes Pires] toda a instigação do ataque ao Cormorant, “rebelando-se contra um ato conforme as convenções existentes entre o Brasil e a Grã-Bretanha [Bill Aberdeen, de 08/08/1845], para a suspensão do tráfico de escravos” e, “o aponta como magistrado corrupto, que permitiu, sob a sua imediata proteção, fosse o porto de Paranaguá transformado em porto negreiro, onde se apresentavam, equipavam e armavam, e encontravam ancoradouro especial, as embarcações traficantes” (WESTPHALEN, 1998, p.147-148).

Dias depois do incidente, a brigue *Astro* afundada na ocasião, foi posta a flutuar novamente. Portaria do Presidente da Província de São Paulo pediu para que se realizasse exames na embarcação, feita, então, pelo Inspetor da Alfândega que alegou que a brigue tinha utensílios utilizados para o tráfico ilícito de africanos.

O seu consignatário era um súdito português, sócio de uma casa de negócios com o antigo *Delegado* [MAG], comerciante várias vezes apontado como o principal introdutor de escravos novos. Na opinião pública, e na do Inspetor da Alfândega, este era o seu verdadeiro consignatário. Encontrara, aliás, durante a vistoria, entre os papeis da brigue, documento do próprio punho e assinado por ele, comprovando a sua posição (*Ibidem*, p.148).

Mesmo proibido de sair do porto de Paranaguá, o brigue *Astro* escapa, sob o fogo da fortaleza na Ilha do Mel, conseguindo seguir viagem. “E, como relata o Inspetor ao Presidente da Província, fogos de artifício foram espocados em Paranaguá, comemorando a vitória dos traficantes sobre o agente fiscal” (*Ibidem*, p.148).

Outra fiscalização veio sobre a Ilha da Cotinga, “onde existiriam os depósitos para recepção dos negros. Ali também encontrou pipas, tonéis, barris, toneletes, caldeiras, escotilhas de madeira, no porto da chácara de outro conhecido comerciante, irmão do antigo *Delegado*” [Joaquim Américo Guimarães] (*Ibidem*, p.148). O que foi novamente negado pelas autoridades de

Paranaguá. É possível que Joaquim Américo Guimarães também tivesse barcos negreiros, assim como o último capitão mor Manoel Antonio Pereira (LEANDRO, 2002, p.103).

O “incidente Cormorant” foi tão polêmico, que no mesmo ano, as autoridades brasileiras puseram um fim, praticamente definitivo, ao tráfico negreiro ao país¹⁰.

Com a instalação da Província do Paraná, em 1853, o primeiro Presidente da Província do Paraná, Dr. Zacarias de Goes e Vasconcelos, referiu-se ao chefe do Partido Conservador em Paranaguá [MAG], “como contrabandista, pela sua notória participação no tráfico ilícito”, portanto, o Presidente queria agir politicamente a fim de “libertar o Paraná do que ele chamava a nefasta influência do *Astro Paranaense*, aludindo ao barco negreiro” (WESTPHALEN, 1998, p.149)¹¹. Mesmo em 1861, outro Presidente da Província do Paraná, Antonio Barbosa Gomes Nogueira, “prestando contas ao Ministro do Império, de suas medidas para impedir o tráfico no litoral paranaense, apontava o mesmo Chefe do Partido Conservador [MAG], como contrabandista de escravos” (*Ibidem*, p.149). Sob, ainda denúncias de existir tráfico ilícito de escravos novos no início da década de 1860 (LEANDRO, 2002, p.111). É interessante observar que tanto Zacarias de Goes e Vasconcellos, em 1853 e 1854 e Gomes Nogueira, em 1861, eram do mesmo partido político do MAG. E, ao longo do século, principalmente nas campanhas eleitorais, MAG era acusado de contrabando (ALVES, 2015, p.324-325).

Enfim, apesar dos inúmeros apontamentos sobre as ações de MAG, ainda se faz necessário um levantamento mais detalhado e comprovado da sua fortuna e atividades econômicas.

¹⁰ Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm. Acesso em 22/04/2017.

¹¹ Dele dizia o Presidente da Província, em 1854: “... devo ser franco a V.Exa. o juízo que desse indivíduo formo. É dos municípios de serra abaixo, o muito que exerce mais influência, muito conhecido por sua adesão às ideias conservadoras, de bastante fortuna, exemplar chefe de família. Nota-se-lhe, porém, uma tendência não dissimulada a prejudicar e dominar nos indicados municípios, onde tem abusado de sua posição...” (Carta de Zacarias de Goes e Vasconcellos, de 17/04/1854, ao Ministro do Império) (WESTPHALEN, 1998, p.190). Quanto ao *Astro paranaense*, no jornal *Dezenove de Dezembro*, de 11/11/1854, no Expediente do Presidente Zacarias de Goes e Vasconcellos referente ao dia 14/10/1854, em ofício ao Comendador Manoel Antonio Guimarães, dizia que o *Astro Paranaense* “é propriedade de Antonio Alves de Araujo, José Bento de Lacerda, Joaquim Antonio Guimarães [filho do MAG] e Manoel Ricardo Carneiro [genro do MAG], que seu mestre é José Joaquim da Rosa desde que começou a navegar”, e ainda, que “O *Astro Paranaense*, [era de] propriedade de Joaquim Antonio Guimarães & Cia”, filho do MAG, demonstrando que, se for o mesmo *Astro* afundado e novamente flutuado em 1850, estaria ainda navegando e prestando serviços a seus proprietários.

A participação política de MAG: Na política, MAG foi eleito vereador em Paranaguá pela primeira vez em 1838, com 25 anos, e iniciando como membro efetivo da Guarda Nacional em vários postos (BRAGA, 1880, p.09-10). Eleito deputado provincial por São Paulo para a legislatura de 1850/51, demonstra sua representatividade em Paranaguá. Com a criação da Província do Paraná, em 1853 foi eleito deputado provincial na primeira legislatura da nova província, entre 1854/55, e depois, reeleito para as legislaturas 1856/57, 1858/59, 1860/61 e 1870/71; na década de 1870 assumiu, como Vice-Presidente da Província, duas vezes o governo do Paraná, em 1873 e 1877; terminou a carreira política como deputado geral, no Rio de Janeiro, em 1888/89, substituindo seu genro deputado geral Dr. Manoel Eufrásio Correia, por falecimento, mas tendo de vencer a eleição extraordinária convocada, demonstrando, assim, sua força, aos 75 anos, e ano da abolição da escravatura no Brasil. Era considerado Chefe do Partido Conservador do Paraná. Recebeu o título da Comenda de Cavaleiro do Cruzeiro, em 1842, por ser parte do grande grupo contrário a Revolução Liberal de São Paulo e Minas Gerais, e com as Comendas da Ordem de Cristo e da Rosa, em 1849, Barão de Nácar em 1876 e Visconde de Nácar em 1880, após ter hospedado D. Pedro II em seu palacete em Paranaguá, por ocasião do lançamento da pedra fundamental da ferrovia Paranaguá-Curitiba, inaugurada em 1885.

Todo esse destaque maior à biografia de MAG tem o objetivo de demonstrar sua força econômica e política na cidade de Paranaguá e no Paraná como um todo. Sua genealogia, seu poder econômico e sua participação política buscam entender melhor uma figura pública que ainda precisa ser compreendida.

A partir de agora, destacam-se os outros vereadores eleitos, também utilizando de uma perspectiva genealógica e biográfica, para se fazer uma breve prosopográfica dos grupos eleitos, a partir da perspectiva familiar.

Dos demais vereadores nessa legislatura, Manoel Ricardo Carneiro era genro de MAG, casado com Lucia Guimarães¹². O vereador comendador Manoel Miró¹³ também era genro do

¹² Manoel Ricardo Carneiro torna-se um importante parceiro familiar de MAG, tanto na política, quanto nos negócios de família. Era descendente de “antigos troncos litorâneos”, como demonstra Francisco Negrão. Chegou a ser quatro vezes deputado provincial do Paraná na década de 1870. Casou em segundas núpcias com outra filha do MAG, Delphica Guimarães, provavelmente em 1868 (ALVES, 2015, p.488). Era filho do “tenente José Ricardo Carneiro e de Anna Maria. Neto pela parte paterna do tenente coronel Ricardo Carneiro dos Santos e de sua mulher Josepha de Souza Guimarães, filha do capitão mor de Cananéa Alexandre José de Souza Guimarães e de sua mulher Izabel Mauricia de Sampaio” (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.187). O avô Ricardo Carneiro dos Santos era importante comerciante

MAG, casado com Irmina [Hermínia] Guimarães e foi sogro do seu cunhado João Guilherme Guimarães, filho de MAG. Os três eram negociantes, especialmente da erva-mate, e exerciam atividades públicas na cidade de Paranaguá.

João Antonio Miranda era da família Miranda de Guaratuba. Os outros vereadores, Manoel da Cunha Pacheco, Manoel Carvalho Gomes, Joaquim Felix da Silva não estão listados na *Genealogia Paranaense* de Francisco Negrão.

A legislatura analisada apresenta a força política da família do MAG, e que se repetiu nas próximas eleições.

No Brasil, pós morte do grande idealizador da “conciliação”, o Marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, em 1856, as rixas políticas voltaram a acontecer. Governava o país um Ministério de políticos Conservadores no início da década de 1860. As eleições municipais no Paraná aconteceram no dia 07/09/1860.

Tabela 2 – Vereadores e Juizes de paz de Paranaguá, 1861-1864

LEGISLATURA – 1861-1864			
Vereador – Paranaguá	Votos	Juiz de paz – 1º distrito – Paranaguá	Votos
1. Manoel Leocádio de Oliveira	459	1. José Antonio Pereira Alves	406
2. Ricardo Gonçalves Cordeiro	446	2. José Leandro da Costa	402
3. Leocadio Pereira da Costa	444	3. Manoel Antonio Pereira Alves	388
4. Padre Albino José da Cruz	443	4. João Alves Madeira	383
5. Caetano de Souza Pinto	442	Suplentes 1º distrito	
6. José Gonçalves Marques	437	Manoel Antonio Guimarães	17
7. João Ricardo Guimarães	434	Ricardo José da Costa	11
8. Luiz Fortunato Mendes	415	Joaquim Felix da Silva	10

em Paranaguá, sendo ele quem construiu entre 1775 a 1780 um estaleiro no porto e que existia ainda em 1850 (WESTPHALEN, 1998, p.79).

¹³ Comendador Manoel Miró, filho de Manoel Miró e Escolástica de Freitas. Casado com Irmina Guimarães, filha do MAG. O Comendador Manoel Miró se dedicou desde moço ao comércio e a indústria; montou um estabelecimento de preparar erva-mate; falava correntemente o francês, inglês e o espanhol. Em 1877 teve a sua fábrica de beneficiar erva-mate, em Antonina, totalmente destruída por violento incêndio. Seguiu depois para Buenos Aires, onde residiu por cinco anos, se dedicando aos trabalhos da Bolsa. Em 1883 voltou a Curitiba, onde instalou um engenho de beneficiar erva mate, em grande escala. Legou a seus filhos um nome honrado e uma fortuna regular, que adquiriu a golpes de trabalho (NEGRÃO, 1928, vol.3, p.193-194).

9. Francisco Delrio Cárdenas	414	Carlos Augusto de Mello Franco	8
Suplentes: Carlos Augusto de Mello Franco, 57; Ricardo José da Costa, 45; Joaquim Antonio Pereira Alves, 34; Francisco Antunes Teixeira, 33; Jacinto Manoel da Cunha, 31; José Ferreira Pinheiro, 30; Domingos Corrêa de Freitas, 30; José Rodrigues Branco, 30; Ignácio Corrêa da Fonseca, 25 votos;			

Fonte: *O Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 19/07/1860.

MAG, como se percebe, não conseguiu se eleger vereador, mas foi eleito deputado provincial. No ano de 1861, como visto, foi denunciado pelo Presidente da Província do Paraná, Antonio Barbosa Gomes Nogueira, que o chamou de contrabandista de escravos (WESTPHALEN, 1998, p.149). Apenas nesta e na próxima legislatura ele não se saiu vitorioso. Mas isto não significa que não existam parentes próximos eleitos como vereadores.

O vereador Manoel Leocadio de Oliveira, o mais votado, negociante e com cargos públicos em Paranaguá, era, também, descendente do capitão mor de Paranaguá no século XVIII, João Rodrigues de França (NEGRÃO, 1929, Vol.3, p.400), a mesma família da mãe do MAG. Manoel Leocadio foi eleito deputado provincial do Paraná para a 1ª legislatura de 1854/55, junto com MAG, além de outros cargos públicos (ALVES, 2015, p.487).

O vereador Ricardo Gonçalves Cordeiro era filho do comendador Modesto Gonçalves Cordeiro, chefe do partido conservador de Morretes, também eleito deputado provincial da 1ª legislatura em 1854/55. Casado com Ana Antonia Pereira, filha do último capitão mor de Paranaguá, Manoel Antonio Pereira. O pai, Modesto, era irmão de Anna Maria da Luz casada com o capitão Joaquim Antonio Guimarães, pais de MAG (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.203). O vereador Ricardo era primo do MAG. Modesto, Anna Maria da Luz, Maria da Luz Paraizo (casada com o Sargento Mor Antonio Ricardo dos Santos) são filhos de Maria da Luz e Capitão Manoel Gonçalves Cordeiro do Nascimento. Maria da Luz era filha de Euphrosina da Silva Freire e Raymundo José Sanabio. Euphrosina era filha de Josepha Rodrigues de França e Capitão Francisco da Silva Freire. Josepha era irmã de Francisca Pinheiro (da qual descende Manoel Leocadio de Oliveira) que são filhas do Capitão Mor de Paranaguá no século XVIII, João Rodrigues de França (NEGRÃO, 1928, Vol.3).

Outro vereador foi Leocadio Pereira da Costa casado com Maria Leocadia de Vasconcellos, comerciante, mas deixa a vida mercantil e publica o primeiro jornal em Paranaguá, com o título

“*Commercio do Paraná*”, em 1865, junto com seu amigo e familiar José Ferreira Pinheiro, depois, torna-se funcionário público, na Alfândega (NEGRÃO, 1950, Vol.6, p.248-249). Leocadio era neto do último capitão mor Manoel Antonio Pereira; filho de Francisco Antonio Pereira e Joaquina Rosa da Costa, mas foi educado por seu tio paterno Antonio Pereira da Costa, Tonhá, importante industrial e exportador de erva-mate, além de vice-cônsul da Argentina e do Chile nas décadas de 1840 e 1850 (COSTA, 1988, p.48).

Vereador Padre Albino José da Cruz, liderança religiosa, professor e de origem em Paranaguá.

Vereador José Gonçalves Marques era filho do tenente coronel Manoel Gonçalves Marques, comerciante e Rita de Loyola Marques. O coronel Manoel Gonçalves Marques também foi deputado provincial do Paraná na 1ª legislatura de 1854/55.

Vereador Francisco Delrio Cardenas (que faleceu em 03/06/1866 em Paranaguá, com 70 anos), era filho de Thereza Laynes e José del Rio Cardenas, natural de Antiqueirá, Espanha. A família Laynes era, também, tradicional em Paranaguá.

O vereador João Ricardo Guimarães, casado com Maria Narcisa dos Santos Guimarães, era filho do tenente coronel Ricardo José da Costa Guimarães¹⁴, que chegou a ser deputado provincial em 1862/63 (ALVES, 2015, p.492). Maria Narcisa dos Santos era filha do capitão José Antonio dos Santos, que também chegou a ser deputado provincial em 1866/67 e que casou com Francisca Maria da Luz Santos, da família de Antonio Ricardo dos Santos, o velho (ALVES, 2015, p.462), aproximando-o da família do MAG. Em 1860 foi nomeado promotor público interino de Paranaguá, era tenente da Guarda Nacional, mas em 1864, muda-se para Curitiba, sendo nomeado Secretário de Polícia da Província do Paraná, até o ano de 1868, quando se retira por licença médica (*Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 20/10/1860; 30/03/1864; 04/05/1864; 09/09/1868).

Quanto aos juízes de paz, chama à atenção nessa legislatura a presença de membros do Partido Liberal, em oposição ao Partido Conservador liderado por MAG. Era a família Pereira Alves, também ligados aos grandes opositores de MAG, a família de Antonina, Alves de Araújo. São eles,

¹⁴ A filiação de João Ricardo Guimarães foi encontrada na *Revista Genealógica Latina*, n.º 9/10, p.198. Disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_k-kRAAAIAAJ. Acesso em 15/04/2017.

José Antonio Pereira Alves e Manoel Antonio Pereira Alves. O juiz de paz Manoel Antonio Pereira Alves, falecido com testamento, em Paranaguá, a 11/11/1863 (faleceu durante a legislatura), onde declarou sua filiação, ser solteiro e ter sete filhos naturais. Era filho de Anna Maria Alves e Antonio José Pereira (NEGRÃO, 1946, Vol.5, p.393). Era irmão do juiz de paz José Antonio Pereira Alves, eleito também deputado provincial entre 1864/65, fundador da colônia para imigrantes Pereira em Paranaguá. A mãe deles era irmã do capitão Hypólito José Alves, pais dos líderes Liberais de Antonina, Antonio Alves de Araújo (Comendador Araújo) e Dr. Manoel Alves de Araújo (também grande comerciante no litoral), cunhados do chefe liberal Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (ALVES, 2015, p.463). Havia ainda João Antonio Pereira Alves que instalara, em Antonina, um engenho de erva-mate movido a vapor, com a produção diária de 400 arrobas (WESTPHALEN, 1998, p.166).

O juiz de paz José Leandro da Costa era filho do ex-deputado provincial por São Paulo, em 1846/47 e 1848/49, Leandro José da Costa, que tinha sido delegado de polícia e juiz de paz, além de outros cargos públicos em Paranaguá e recebeu a comenda da Ordem de Cristo em 1842. O casamento do pai e, depois, com o seu casamento, incorporam eles na grande genealogia do capitão mor João Rodrigues de França (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.248-249). E o juiz de paz João Alves Madeira não está na Genealogia Paranaense de Francisco Negrão.

Referente ao contexto histórico da política nacional, esse período foi bastante conturbado, pois em 24/05/1862 o Ministério ou Gabinete Conservador do Marquês de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, sai de cena, retirado pelo imperador D. Pedro II, e entra no poder seus opositores, chamados Progressistas ou Liga, formados principalmente por Liberais e ex-Conservadores. Com isso, nas províncias, os políticos liberais passaram a ter maior influência e deveriam assumir os cargos públicos. Nesse período, o Paraná teve como Ministro da Agricultura, o chefe Liberal Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, filho do Barão de Tibagi, dos Campos Gerais e casado com Domitilla, da família Alves de Araújo, de Antonina.

As próximas eleições municipais em Paranaguá, agora sob o predomínio Liberal, aconteceram em 07/09/1864 e, logicamente, foram vencidas por membros do Partido Liberal em detrimento do Partido Conservador do MAG.

Tabela 3 – Vereadores e Juizes de paz de Paranaguá, 1865-1868

LEGISLATURA – 1865-1868			
Vereador – Paranaguá	Votos	Juiz de paz – Paranaguá*	Votos*
1. Caetano de Souza Pinto	436		
2. João Timotheo de Simas	395		
3. Ricardo Gonçalves Cordeiro	337		
4. José Leandro da Costa	348		
5. Francisco Delrio Cardenas	323		
6. José Ferreira Pinheiro	318		
7. Francisco José de Sousa	275		
8. José Antonio de Almeida	263		
9. João Izidorio da Costa e Silva	263		
Suplentes (Conservadores): Tristão Martins de Araujo França, 184; Manoel Ricardo Carneiro, 184; Lourenço de Sá Ribas, 180; Dr. Manoel Eufrásio Correia, 181; Dr. José Mathias Ferreira de Abreu, 179; Dr. Ricardo da Silva Rego, 178; Manoel Miró, 178; Leocadio Pereira da Costa, 122; J. Nepomuceno Pereira da Costa, 116.			

Fonte: *O Dezenove de Dezembro*, 14/09/1864; *Não foram publicados os nomes e votos dos Juizes de paz.

O vereador mais votado foi Caetano de Souza Pinto, funcionário público, inspetor da Alfândega em Paranaguá. Filho de português, mas sua mãe era da tradicional família Cunha de São Paulo (ALVES, 2015, p.432). O vereador João Thimoteo de Simas, nascido em Paranaguá a 22/08/1834, casado nessa cidade a 22/08/1857 com Anna Candido de Paula Simas, também de Paranaguá (filha do capitão mor Francisco Alves de Paula), faleceu a 22/02/1873. Serviu, também, na Alfândega de Paranaguá, na Agência do Correio e em outros cargos públicos (NEGRÃO, 1950, Vol.6, p.138)¹⁵. O filho João Timóteo de Simas casou com Alda Guimarães Carneiro de Simas, foi chefe do tráfego da Estrada de Ferro do Paraná, por muitos anos. Foi republicano. Sem descendentes (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.193). Alda Guimarães Carneiro era neta do MAG. O vereador João Thimoteo de Simas era irmão de Fernando Machado de Simas, republicano (NEGRÃO, 1950, Vol.6, p.138), que foi eleito vereador em 1887 e casou com uma sobrinha do

¹⁵ Nota de denúncia de nepotismo: “Para S. Ex. ver e decidir – Funciona na câmara municipal de Paranaguá como presidente dela o vereador João Timotheo de Simas, e como secretário seu pai Manoel Ignacio de Simas. Pergunta-se: – isto é admissível? Que belas cousas!! *Um suplente*” (Jornal: *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 13/05/1865). Os *suplentes* eram do Partido Conservador e membros da família do MAG. Se a denúncia partir deles, eram igualmente praticantes do nepotismo.

MAG. O vereador Ricardo Gonçalves Cordeiro, como visto, era primo do MAG. Foram reeleitos, José Leandro da Costa e Francisco Delrio Cárdenas. Quanto ao vereador major José Ferreira Pinheiro era casado com Leocadia Pereira da Costa, prima do vereador Leocadio Pereira da Costa, com quem fundou o primeiro jornal de Paranaguá. Era comerciante, mas exerceu vários cargos públicos. Era do Partido Liberal para o qual seus jornais, como o “Província do Paraná”, era o órgão oficial. Era tio do importante político paranaense Dr. Vicente Machado da Silva Lima (NEGRÃO, 1950, Vol.6, p.66). O vereador Francisco José de Sousa era português, casado em segundas núpcias com Catharina Maria de Jesus (NEGRÃO, 1946, Vol.5, p.265). Os demais vereadores não estão na Genealogia Paranaense de Francisco Negrão.

Percebe-se que os Conservadores parnanguaras ficaram como suplentes nesta legislatura.

Porém, em 16/07/1868 voltam os Conservadores ao poder no Rio de Janeiro, com o novo Gabinete Imperial. Foi um golpe nos Liberais, que em plena Guerra contra o Paraguai, tem de deixar o comando do país. Era, também, véspera de eleições municipais. Vencem as eleições em Paranaguá os Conservadores de MAG. As eleições aconteceram em 07/09/1868.

Tabela 4 – Vereadores e Juizes de paz de Paranaguá, 1869-1872

LEGISLATURA – 1869-1872			
Vereador – Paranaguá	Votos	Juiz de paz – Paranaguá	Votos
1. Dr. Manoel Eufrásio Corrêa	514	1. Manoel Antonio Guimarães	516
2. Manoel Leocadio de Oliveira	514	2. Joaquim Candido Corrêa	515
3. Lourenço Ferreira de Sá Ribas	513	3. Dr. José Mathias Ferreira de Abreu	512
4. Manoel Ricardo Carneiro	513	4. Joaquim Felix da Silva	512
5. Pedro de Alcântara Corrêa	513	Joaquim Antonio Pereira Alves	249
6. Manoel Miró	512	Antonio Pereira da Costa	248
7. Joaquim José Pereira	511	João Thimoteo de Simas	246
8. Modesto Gonçalves Bittencourt	510	José Gonçalves Marques	243
9. João Gonçalves de Araujo Triste	508		
Suplentes: Caetano de Souza Pinto, 247; José Ferreira Pinheiro, 247; Antonio Francisco de Santa Rita, 245; Ricardo José da Costa, 245; João Nepomuceno Pereira da Costa, 245; João Ferreira Arantes, 244; Caetano Luiz Marques, 243; Manoel Antonio Alves, 242; Felipe de Oliveira Salgado Bueno, 242 votos;			

Fonte: *Dezenove de Dezembro*, 16/09/1868;

Nessa legislatura há o exclusivismo da família do MAG.

O vereador mais votado, Dr. Manoel Eufrásio Corrêa, era cunhado e genro do MAG e se tornou um dos mais importantes políticos conservadores do Paraná, chegando a ser deputado provincial, geral e presidente de Província. Manoel Ricardo Carneiro, genro; Manoel Miró, genro; Pedro de Alcântara Corrêa, sobrinho; Manoel Leocadio de Oliveira era da mesma grande família genealógica. Juiz de paz, o próprio MAG; João Candido Corrêa, cunhado; Dr. José Mathias Ferreira de Abreu, genro.

Sobre o vereador Pedro de Alcântara Corrêa, era filho do comendador Manoel Francisco Correia Junior e Francisca Antonia Pereira (filha do último capitão mor Manoel Antonio Pereira). Nascido a 18/07/1841, casado com Anna de Castro Corrêa, da família Pompeu do Ceará (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p299). Pedro era sobrinho do MAG e seu pai, Manoel Francisco Corrêa Junior, foi um dos ardorosos lutadores para a emancipação política da região sul de São Paulo.

O vereador Joaquim José Pereira, foi major, “batizado em 20/10/1808; foi chefe político no Rio das Pedras. Seguiu para o Rio Negro, na defesa da Província ameaçada dos ataques das forças republicanas dos farrapos; vereador em Paranaguá. Solteiro. Faleceu com testamento a 06/03/1881, legando seus bens a diversos sobrinhos e constituindo seus herdeiros universais Albino, Brasílio, Octavio e Francisco, filhos de Maria Francisca dos Anjos” (NEGRÃO, 1946, Vol.5, p.252).

O vereador coronel Modesto Gonçalves de Bittencourt era casado com Maria Rosa de Lima Bittencourt, filha de Manoel Gonçalves Cordeiro do Nascimento e Rosa Maria de Lima (Rosa Maria era filha do Sargento-Mór Antonio Ricardo dos Santos e Maria Magdalena da Silva), do *Título Rodrigues de França* (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.237 e 229), que o aproxima da mãe do MAG. Da mesma forma, o vereador João Gonçalves de Araujo Triste (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.238).

Quanto aos Juizes de paz, foi eleito, como o mais votado, MAG, em segundo lugar, seu cunhado, tenente coronel Joaquim Candido Corrêa, filho de Joaquina Maria da Ascensão Correia e do tenente coronel Manoel Francisco Correia, o velho, de quem foi ela a terceira mulher. Joaquim se casou na cidade do Rio de Janeiro, de onde era natural, com Damiana Vieira do Nascimento. Foi homem abastado e de valor social e político. Deu esmerada educação e instrução aos seus filhos (dez ao todo, entre eles, Iria Correia, solteira, artista, considerada a primeira pintora do Paraná,

que retratou membros de sua família). Ele era irmão de Maria Clara Corrêa Guimarães (falecida) e Rosa Corrêa Guimarães, esposas do MAG (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.305). E o Dr. José Mathias Ferreira de Abreu era genro do MAG. Irmão mais velho do Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu, outro genro do MAG. Os dois eram filhos do Sargento Mór José Mathias Ferreira de Abreu, importante família em São Paulo. O Dr. José Mathias veio para Paranaguá em 1840 e logo se casa com Joaquina Guimarães, filha do MAG. Foi eleito deputado provincial e geral por São Paulo e depois, três vezes eleito deputado provincial pelo Paraná. E vem a falecer durante essa legislatura municipal, em 07/06/1869. Dr. José Mathias e seu irmão Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu, formados em Direito, davam assistência jurídica para a família.

A próxima eleição aconteceu no dia 07/09/1872.

Tabela 5 – Vereadores e Juizes de paz de Paranaguá, 1873-1876

LEGISLATURA – 1873-1876			
Vereador – Paranaguá	Votos	Juizes de paz – Paranaguá	Votos
1. Dignitário Manoel Antonio Guimarães (Presidente)	940	1. Dignitário Manoel Antonio Guimarães	758
2. Tenente coronel Joaquim Felix da Silva	782	2. Major Manoel Ricardo Carneiro	695
3. Capitão Ernesto Frederico Laynes	718	3. Capitão José Antonio Siqueira	483
4. Tenente Joaquim Mariano Ferreira	706	4. Capitão Manoel Rosário Correia	421
5. Tenente coronel José Bento de Lacerda	660	Major Claro Américo Guimarães	214
6. Alferes José Correia de Freitas	647	Major Joaquim José Pereira	181
7. Thiago Agnese	637	Tenente Manoel Lobo de Andrade	171
8. Capitão Virgilio Elísio de Faria	503	Manoel Antonio Castro	154
9. Francisco José de Souza	479		
Suplentes: Coronel José Antonio Pereira Alves, 464; Francisco Gonçalves de Araujo, 436; Tenente Antonio Luiz Bittencourt, 380; Capitão Bernardino Pereira Senno, 228; Capitão José Pinto Amorim, 222, Tenente Manoel Felizardo Dias, 181; Tenente Felipe Santiago Miranda, 171, Capitão Manoel José Alves, 138; José Rodrigues Branco, 137 votos.			

Fonte: *Dezenove de Dezembro*, 14/09/1872;

Domina a cena política local o Dignitário MAG, eleito como vereador e juiz de paz. Quando isso acontecia, o político deveria escolher em qual cargo atuar. Eleito, também, como juiz de paz, seu genro capitão Manoel Ricardo Carneiro.

Quanto ao vereador capitão Ernesto Frederico Laynes, filho Camilo Antonio Laynes e Anna Rosa de Miranda (o pai possuía bons prédios em sua cidade natal, Paranaguá). Ernesto nasceu em Paranaguá a 31/03/1840; casado a 24/09/1861, em Paranaguá com Maria Cherubina Arouca. Recebeu educação no Lyceu de Curitiba, no de Freze, de Petrópolis e no Colégio D. Pedro II. Exerceu vários cargos públicos, entre os quais Diretor dos debates do Congresso Legislativo do Estado, em cujo cargo se aposentou. Na maçonaria atingiu os mais elevados graus tais como o grau 33 ou Inspetor Geral da Ordem. Foi Venerável da Loja Perseverança, de Paranaguá, e da Fraternidade Paranaense, de Curitiba. Militou nas Lojas maçônicas por mais de 50 anos com regularidade e assiduidade admirável, até sua morte, ocorrida a 15/12/1927 (NEGRÃO, 1950, Vol.6, p.84 e p.89). Capitão Ernesto Frederico Laynes, a princípio, não era parente do ex-vereador Francisco Delrio Cardenas, cuja mãe é da família Laynes.

Vereador coronel Joaquim Mariano Ferreira, filho de Anna Maria do Carmo e Mariano Antonio Ferreira. Nasceu a 02/03/1841, foi político em evidência em Paranaguá e acreditado comerciante, casado a 11/03/1870 com sua prima Margarida Clara de Souza Ferreira, filha de José Maria dos Santos, de São Francisco e de sua terceira mulher Maria Fagundes Jacques. Reveses comerciais o obrigaram a exercer o cargo de Tesoureiro da Câmara Municipal de Curitiba. Tiveram 11 filhos (NEGRÃO, 1946, Vol.5, p.254-255 e p.258).

Vereador tenente coronel José Bento de Lacerda, casado com Lydia Josepha de França. Foi importante industrial e agricultor, residente no 2º distrito de Paranaguá. Dotado de grande amor ao trabalho e de energia férrea. Era geralmente estimado, sendo seu nome acatado. Filho de João Evangelista, natural de Portugal e de Anna Helena Rosa. Foi batizado a 14/05/1818. Faleceu em avançada idade. Lydia Josepha era filha do capitão Bento Gonçalves Cordeiro do Nascimento e Maria Josepha de França, neta materna do tenente coronel Manoel Francisco Correia e de Maria Clara (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.104). Família importante de Paranaguá.

Vereador José Correia de Freitas, filho de Luzia Maria de Jesus, natural de Paranaguá, onde faleceu com testamento a 14/03/1857, casada em primeiras núpcias com Joaquim Antonio Alves Cordeiro. José Correia de Freitas era residente em Guaratuba (NEGRÃO, 1925, Vol.1, p.304).

Vereador Virgílio Faria casado com Escolástica Pinto de Almeida, primo de Manoel Leocádio de Oliveira. Pai do padre Manoel de Faria, que logo depois de ordenado transfere-se para Portugal, mais tarde vigário de Antonina e voltando a Portugal (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.400).

Vereador Francisco José de Sousa, português (NEGRÃO, 1946, Vol.5, p.265).

Quanto aos juízes de paz, José Antonio de Siqueira, comendador, nascido a 03/02/1820, casado a 03/02/1856, com Antonia Marciana San José. Foi agraciado por D. Pedro II por serviços relevantes prestados na Campanha do Paraguai. Foi Despachante Geral da Alfândega de Paranaguá. Era filho do Alferes Francisco Antonio de Siqueira e Maria Custodia de Lacerda (NEGRÃO, 1946, Vol.5, p.266).

Manoel Rosário Correia, comendador, importante capitalista em Paranaguá, onde residia. Literato, dedicado à imprensa. Filho de Manoel José Correia e Gertrudes Pereira Correia, que era filha do capitão mor Manoel Antonio Pereira e Leocadia Antonia da Costa. Manoel Rosário Correia casado em primeiras núpcias com Maria Clara Ferreira de Abreu, filha do Dr. José Mathias Ferreira de Abreu e Joaquina Guimarães (filha do MAG) e em segundas núpcias com Celina Correia, filha de Maria Caetana Correia e neta de Manoel Ricardo do Nascimento (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.120 e p.168).

O suplente major Claro Américo Guimarães, filho do MAG e sua primeira esposa, Maria Clara Guimarães. Foi importante industrial e homem político, exercendo diversos cargos de eleição popular, entre os quais de Deputado Estadual e 2º Vice Presidente do Estado, na República. Faleceu em Curitiba, 10/02/1917 (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.171).

Muitos dos juízes de paz e vereadores têm parentesco com o MAG, grande líder, também, nesta legislatura. MAG assumiu, na década de 1870, duas vezes o governo do Paraná.

A próxima eleição aconteceu no dia 01/10/1876.

Tabela 6 – Vereadores e Juizes de paz de Paranaguá, 1877-1880

LEGISLATURA – 1877-1880			
Vereador – Paranaguá	Votos	Juiz de paz – Paranaguá	Votos
1. Major Manoel Ricardo Carneiro	302	1. Dignitário Manoel Antonio Guimarães	
2. Tenente Antonio Luiz Bittencourt	242	2. Capitão Ernesto Frederico Laynes	
3. Capitão Joaquim Mariano Ferreira	210	3. Major João Pedro da Rocha	
4. Dr. Leocadio José Correia	173	4. Claro Américo Guimarães	
5. Capitão Virgilio Elísio de Faria	151		
6. Tenente Manoel Felizardo Dias	120		
7. Tenente Priscilliano da Silva Correia	134		
8. Tenente Manoel Lobo de Andrade	129		
9. Major Lourenço Ferreira de Sá Ribas			

Fonte: *Dezenove de Dezembro*, 07/10/1876 e 11/10/1876; *Almanak da Província do Paraná – 1876*; *Almanak da Província do Paraná – 1879*.

A dupla, Dignitário Manoel Antonio Guimarães e seu genro major Manoel Ricardo Carneiro continuam sendo eleitos em Paranaguá, sempre com a maioria dos votos. Também, o filho do MAG, Claro Américo Guimarães foi reeleito juiz de paz, junto com o capitão Ernesto Frederico Laynes.

Quanto aos vereadores novos, destaca-se o Dr. Leocadio José Correia, recém formado médico, em 1873, casado com sua prima Carmella Cysneiros Correia. Eram da família Corrêa, da qual fazia parte MAG. Foi deputado provincial duas vezes (ALVES, 2015, p.477); era neto do último capitão mór de Paranaguá, Manoel Antonio Perreira; filho de Manoel José Correia e Gertrudes Antonia Pereira (COSTA, 1988, p.48), irmão do vereador Manoel Rosário Correia. O tenente Priscilliano da Silva Correia, também membro da grande família Correia do litoral do Paraná. Foi deputado provincial em 1886/87. Morto injustamente na Revolução Federalista junto com o barão do Serro Azul, Ildefonso Pereira Correia, em 1894, irmão do Senador Dr. Manoel Francisco Correia, filhos de Manoel Francisco Correia Junior (ALVES, 2015, p.491). Prisciliano era irmão de Prescilio da Silva Correia, filhos de Maria Caetana Correia, do segundo casamento com Lourenço Pereira

Correia. São irmãos de Celina Correia casada com o comendador Manoel do Rosário Correia (também vereador), em segundas núpcias (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.124)¹⁶.

Porém, nesta legislatura aconteceu a famigerada mudança de Gabinete no Império, voltando os Liberais ao poder, em 05/01/1878. Neste clima de início de década de 1880, a próxima eleição municipal aconteceu no dia 05/07/1880, sendo que os Liberais estavam no poder no Rio de Janeiro. Porém, em Paranaguá, era impressionante a força do barão de Nácar, que prevaleceu na cidade litorânea e portuária, impedindo a vitória dos Liberais. Ano, também, que se inicia a construção da ferrovia Paranaguá-Curitiba e ano da visita de D. Pedro II ao Paraná, recepcionado e acolhido pela família Correia Guimarães.

Tabela 7 – Vereadores e Juízes de paz de Paranaguá, 1881-1882

LEGISLATURA – 1881-1882			
Vereador – Paranaguá	Votos	Juiz de paz – Paranaguá	Votos
1. Major Manoel Ricardo Carneiro		1. Barão de Nácar, Manoel Antonio Guimarães	
2. Capitão Prisciliano da Silva Corrêa		2. Capitão Ernesto Frederico Laynes	
3. Capitão Joaquim Marianno Ferreira		3. Major João Pedro da Rocha	
4. Dr. Leocadio José Corrêa		4. Major Claro Américo Guimarães	
5. Capitão Antonio Luiz Bittencourt			
6. Tenente Manoel Lobo de Andrade			
7. Tenente Francisco José de Oliveira			
8. Capitão João Caetano de Souza			

Fonte: *Dezenove de Dezembro*, 12/07/1882;

Praticamente, tem-se os mesmos vereadores e juízes de paz, com a liderança incontestável do barão de Nácar e de seu genro major Manoel Ricardo Carneiro, não deixando que os Liberais assumissem o poder local, como aconteceu em Curitiba, por exemplo (ALVES, 2016 b).

¹⁶ Existe o homônimo Prisciliano da Silva Correia, filho do comendador Prisciliano da Silva Correia. Era negociante importador do comércio de fazendas por atacado em Paranaguá, onde gozava de grande estima e consideração (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p. 174).

Em 1881 acontece a Reforma Eleitoral, chamada Lei Saraiva, sob o Gabinete Liberal de José Antonio Saraiva, que exclui os *votantes* deixando apenas *eleitores*, reduzindo drasticamente o número de participantes no processo democrático. Foi realizado, então, novas eleições municipais, em 01/07/1882. A legislatura anterior teve apenas dois anos de vigência.

Tabela 8 – Vereadores e Juizes de paz de Paranaguá, 1883-1886

LEGISLATURA – 1883-1886			
Vereador – Paranaguá	Votos	Juiz de paz – Paranaguá	Votos
1. Pedro Alves de Paula	13	1. Major Manoel Ricardo Carneiro	39
2. José Gomes da Cruz	11	2. Prisciliano da Silva Correia	39
3. Arthur Ferreira de Abreu (Presidente)	10	3. Theodorico Julio dos Santos	32
4. Joaquim Mariano Ferreira	9	4. Francisco José de Oliveira	30
5. João Estevão da Silva	9	João Caetano de Souza	27
6. Affonso de Camargo Penteado	9	Affonso Pereira Correia	25
7. Adélio Pinto de Amorim	9	Manoel Bernardo Pereira	24
8. José Rodrigues Branco	3	João Luiz Marques	22
9. Bernardo Soares Gomes Junior	2	Fernando Machado Simas	22

Fonte: *Dezenove de Dezembro*, 12/07/1882;

A família do MAG continua a imperar politicamente em Paranaguá. O presidente da Câmara foi Arthur Ferreira de Abreu, filho do Dr. José Mathias Ferreira de Abreu e Joaquina Correia Guimarães, neto do MAG e que chegou a ser eleito Senador na República (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.160-170). E como líder dos juizes de paz, o major Manoel Ricardo Carneiro.

Em fevereiro de 1885 aconteceu a inauguração da Estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, dando novos impulsos para a cidade litorânea paranaense.

A volta dos Conservadores ao poder no Rio de Janeiro se deu em 20/08/1885, com o Barão de Cotegipe, em uma nova mudança de Gabinete realizada por D. Pedro II. E, a última eleição municipal no Império foi no dia 01/07/1886. E, foi pelo Gabinete conservador de João Alfredo Correia de Oliveira que se deu a abolição da escravatura no Brasil, em 13/05/1888. E, em

07/06/1889, D. Pedro II tira do poder os Conservadores e traz novamente os Liberais, agora com o Visconde de Ouro Preto, Afonso Celso de Assis Figueiredo. Porém, chegava ao fim o regime monárquico no Brasil.

As próximas eleições municipais aconteceram dia 01/07/1886.

Tabela 9 – Vereadores e Juizes de paz de Paranaguá, 1887-1889

LEGISLATURA – 1887-1889			
VEREADORES – Paranaguá	Votos	Juizes de paz – Paranaguá	Votos
1. Fernando Machado Simas (Republicano)	15	1. Prisciliano da Silva Correia	58
2. João Guilherme Guimarães (Pres.)	12	2. Manoel Rosario Correia	51
3. Manoel Francisco de Souza (Vice-Pres.)	12	3. Claro Américo Guimarães	48
4. Theodorico Julio dos Santos	12	4. Affonso C. Penteado	42
5. José Silveira Borges	12	Arthur Ferreira Abreu	37
6. Manoel Lobo de Andrade	11	Manoel B. Carneiro	34
7. Francisco Oliveira	11	José R. Pereira Pitta	28
8. Francisco Norberto dos Santos	3	João Correia de Freitas	26
9. Antonio H. Gomes	3	José Leandro da Costa	17
10. José Pinto de Amorim			

Fonte: *Commercial*, Paranaguá, 03/07/1886 (eleição com segundo escrutínio); *Sete de Março*, 21/11/1888;

A propaganda republicana já estava a acontecer no Paraná na década de 1880. Um dos seus propagadores era o farmacêutico Fernando Machado Simas, inclusive divulgavam suas ideias em manifestos e jornais, como o *Livre Paraná*, criado em 1883. Apesar da dificuldade de se propagar esses novos ideais, Fernando Simas conseguiu ser o vereador mais votado. Em 21/08/1887 ajudou a fundar o *Clube Republicano de Paranaguá*. Frente a esses ideais foi perseguido pela família do MAG e sua farmácia foi “boicotada”, o que o obrigou a deixar Paranaguá, indo morar em Petrópolis, Rio de Janeiro. Somente com a proclamação da República, volta ao Paraná, sendo eleito deputado federal, mas continuará a morar no Rio de Janeiro. Ele era filho do major Manoel Ignacio de Simas e Francisca Romana Machado de Simas, pertencente à família Machado de Santa Catarina. Foi casado com Helena Gutierrez (NEGRÃO, Vol.3, p. 319-320).

Interessante observar que a esposa de Fernando Simas era filha de Guilhermina Correia de Gutierrez e de D. Alexandre Gutierrez, então cônsul da República Oriental do Uruguai, depois Diretor dos Correios do Uruguai. Sua mãe Guilhermina era irmã das esposas do MAG., filhas de Manoel Francisco Corrêa, o velho (NEGRÃO, 1946, vol.5, p.247; NEGRÃO, 1950, vol.6, p.141 e 167; OLIVEIRA, 2001, p.421). Portanto, foi uma briga entre família, entre republicanos e monarquistas.

Entretanto, o presidente da Câmara de Paranaguá foi João Guilherme Guimarães, filho do MAG e genro de Manoel Miró (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.199-200).

O vereador Theodorico Julio dos Santos, casado com Herminia Ferreira dos Santos, “foi político em evidência em Paranaguá, onde foi comerciante e Prefeito Municipal [na República]. Foi, no final de sua vida, Contador dos Correios do Paraná e por fim de Niterói. Sem filhos” (NEGRÃO, 1946, Vol.5, p.252 e 258).

O vereador José Silveira Borges era casado com Francisca Moreira Borges. Era sogro do coronel Annibal Guimarães Carneiro, filho de Delphica Guimarães Carneiro e do major Manoel Ricardo Carneiro (os dois em segundas núpcias) (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.190). Portanto, fazia parte da grande família do MAG.

O vereador Manoel Lobo de Andrade, que faleceu solteiro, era filho de Balduina Maria Lustoza Lobo Passos, casada a 19/04/1838 em primeiras núpcias com seu tio Fernando Lustoza de Andrade, filho natural do sargento mor Ignacio Lustoza de Andrade (NEGRÃO, 1927, Vol.2, p.180).

O vereador Antonio H. Gomes ou Antonio Henrique Gomes, capitalista, casado com Rita Guimarães Gomes, pai de Helena Gomes Correia casada com Prescilio da Silva Correia, proprietário do Theatro Variedades, importante estabelecimento cinematográfico de Paranaguá (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.123).

Quanto aos juízes de paz, tem-se o filho do MAG, major Claro Américo Guimarães e seus outros dois parentes, Manoel Rosário Correia e Prisciliano da Silva Correia (já descritos acima). E, Affonso de Camargo Penteado, casado com Ernestina Pereira Alves de Camargo, em 1881. Coronel Affonso, “natural do Tieté, negociante em grosso e a varejo em Paranaguá, onde possuía também uma refinaria de açúcar e confeitaria. Foi forte capitalista e proprietário; filho de João Camargo

Penteado e de Franklina Arruda Camargo” (NEGRÃO, 1928, Vol.3, p.66). Portanto, Affonso entra na grande genealogia na qual pertence MAG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, a análise das nove legislaturas de Paranaguá apontou para a centralidade da figura de MAG, o Visconde de Nácar, na vida pública local. Sua força política e econômica na cidade portuária paranaense perpassa todo o século XIX. Muitos dos seus filhos, genros e netos também participaram ativamente da política. Outros vereadores e juizes de paz, de certa forma, giram em torno da figura de MAG, por parentesco, por casamentos, por negócios ou por serviços públicos.

A genealogia torna-se uma metodologia importante na construção do conhecimento dos membros da elite, pois se consegue visualizar as conexões entre eles, suas descendências e ascendências. A prosopografia, num estudo em conjunto dos políticos de Paranaguá, também auxilia a verificar determinadas características comuns, como no caso, a questão familiar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alessandro Cavassin. (2015). **A Província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853 a 1889). A força política das famílias tradicionais**. Curitiba: Máquina de Escrever.

_____. (2016 a). Grandes Famílias Grandes Empresas. Ensaio antropológico sobre ma elite de Lisboa. Diálogos com a pesquisa de Maria Antónia Pedroso de Lima. *In: Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)*. Curitiba, v.2, n.2, p.97-117, maio. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/nep/article/view/46987>. Acesso em 15/04/2017.

_____. (2016 b). Vereadores e Juizes de Paz em Curitiba, entre 1856 a 1889: a força política das famílias tradicionais. *In: Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)*. Curitiba, v.2, n.2, p.153-169, maio. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/nep/article/view/46990>. Acesso em 15/04/2017.

BRAGA, Nivaldo Teixeira. (1880). **Perfil biográfico do Excellentíssimo Senhor Visconde de Nacar**. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, rua Direita, nº15.

- CARNEIRO, David. (1950). **A história do incidente Cormoran**. Edição da municipalidade de Paranaguá. Curitiba.
- COSTA, Samuel Guimarães da. (1988). **O último Capitão-Mor, 1782-1857**. Curitiba: Scientia et Labor; Paranaguá: Prefeitura.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. (2007). Fidalgos e parentes pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). *In*: FRAGOSO; ALMEIDA; SAMPAIO (Org.). **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos**. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LEANDRO, José Augusto. (2002). Em águas turvas: navios negreiros na baía de Paranaguá. *In*: **Esboços**. Revista do programa de pós-graduação em história da UFSC. Florianópolis, v.10, n.10, p.99-117. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/390/9856>. Acesso em 22/04/2017).
- NEGRÃO, Francisco. (1925). **Genealogia Paranaense**. Vol.1. Curitiba: Imprensa Paranaense.
- _____. (1926). **Genealogia Paranaense**. Vol.2. Curitiba: Imprensa Paranaense.
- _____. (1927). **Genealogia Paranaense**. Vol.3. Curitiba: Imprensa Paranaense.
- _____. (1928). **Genealogia Paranaense**. Vol.3. Curitiba: Imprensa Paranaense.
- _____. (1946). **Genealogia Paranaense**. Vol.5. Curitiba: Imprensa Paranaense.
- _____. (1950). **Genealogia Paranaense**. Vol.6. Curitiba: Imprensa Paranaense.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (2001). **O Silêncio dos Vencedores. Genealogia, Classe Dominante e Estado do Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. (1998). **Porto de Paranaguá, um sedutor**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura.
- Site dos jornais consultados*: Hemeroteca digital brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 29/04/2017.